



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA**

## **PROCURADORIA GERAL**

---

**PARECER JURÍDICO N.º 124/2023 - SUPLEMENTAR AO N.º 121/2023**

**PROJETO DE LEI N.º 82/2023 – Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal e dá outras providências.**

### **I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 42/2018, de autoria do Poder Executivo, em análise por esta Procuradoria Geral, pretende autorizar a contratação e garantia de financiamento FINISA – FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO, junto à Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais).

### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

Verificada omissão no parecer exarado, observo que as operações de crédito (salvo as resultantes de antecipação de receita orçamentária) devem estar de acordo com a resolução n.º 43/2001 do Senado Federal que dispõe:

#### **Resolução SF N.º 43/2001**

**Art. 7º As operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios observarão, ainda, os seguintes limites:**

**I - o montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% (dezesseis por cento) da receita corrente líquida, definida no art. 4º;**

...

**Art. 4º Entende-se por receita corrente líquida, para os efeitos desta Resolução, o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:**

...

**II - nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição Federal.**



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA**

## **PROCURADORIA GERAL**

Nesse sentido, em 20/10/2022, o TCEMG no processo n.º 1119836, acompanhamento de gestão fiscal, dispôs que:

### **PROCESSO N.º 1119836 – TCEMG**

O inciso III do art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que, para a realização de operações de crédito, cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente, deverão obedecer aos limites e condições fixados pelo Senado Federal. No que se refere aos Municípios, consoante disposto no inciso I do art. 7º da Resolução n. 43, de 2001, do Senado Federal, o montante global das operações de créditos realizadas em um exercício financeiro (excetuadas as operações de crédito por antecipação da receita orçamentária) não poderá ser superior a 16% (dezesseis por cento) da receita corrente líquida ... .

Consoante art. 33 da LC 101/20007 , a instituição financeira credora também se responsabiliza pela observância da Lei, devendo certificar-se de que, por ocasião da assinatura do contrato, o beneficiário da operação atende às exigências previstas, sob pena de vir a arcar com a nulidade da operação de crédito e a devolução dos encargos incidentes, sendo que, conforme previsão contida no § 1º do art. 33 da LRF, a operação de crédito será considerada nula, procedendo-se ao seu cancelamento, mediante a devolução do principal, vedados o pagamento de juros e demais encargos financeiros.

Importante ressaltar que, em face da extrapolação do limite, o Poder fica incurso nas restrições previstas no §3º do art. 23 da LRF. Ver LC 178.

À vista do exposto, determino à Diretoria de Controle Externo dos Municípios – DCEM, por intermédio da Central de Relacionamento com o Jurisdicionado (CRJ), que notifique o gestor constante da Tabela VII, constante da Peça 9 do SGAP, de que excedeu o montante de operações de crédito em relação ao limite de 16% do valor da receita corrente líquida ajustada, estabelecido pela Resolução n. 43/01 do Senado Federal, informando-o que se encontra incurso nas restrições previstas no §3º do art. 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme disposto no art. 33 da referida Lei Complementar.



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

## PROCURADORIA GERAL

---

Nesse sentido, verifica-se a incompatibilidade do projeto com a Lei de Responsabilidade Fiscal e Resolução do Senado Federal n.º 43/2001.

### III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, OPINO que, para viabilidade do projeto de lei, o Poder Executivo deve:

1 – ajustar o valor da autorização de operação de crédito, limitando-se a 16% (dezesesseis por cento) do valor da receita líquida ajustada (art. 4º e 7º da Resolução Senado Federal nº 43/2011;

2 – encaminhamento do cálculo da receita corrente líquida ajustada para apreciação dos vereadores;

3 – demonstrar as aberturas de crédito com finalidade específica, fazendo inseri-las no projeto de lei;

4 - apresentação dos documentos e projetos referentes ao financiamento para análise de carência, taxa de amortização, taxa de juros, prazo do financiamento e outros critérios que possa subsidiar os vereadores a tomada de decisão.

O parecer não vincula as comissões permanentes, nem tão pouco reflete o pensamento dos vereadores, que deverão apreciar o presente Projeto de Lei.

Salvo Melhor Juízo, este é o parecer.

Iturama - MG, 14 de dezembro de 2023.

David Tribiolli Corrêa  
Advogado  
(assinado eletronicamente)